



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 12.402.255/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2016.

1) A COMPANHIA

A ACTE é uma Companhia privada de capital fechado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Xinguara, no estado do Pará.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A ACTE foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas);

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 72,2

Tensão em kV: 230/138

Subestações: 1

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita:

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 8.967.097, para o período de julho de 2016 a junho de 2017 e de R\$ 9.056.590, para o período de julho de 2015 a junho de 2016.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2016 e 2015 são:

	2016	2015
• Liquidez geral	2,43	1,91
• Liquidez corrente	3,15	3,12
• Relação patrimônio líquido/ativo	58,77%	47,67%
• Relação passivo não circulante/ativo	36,16%	46,19%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	11,19%	-33,39%
• Relação lucro operacional/Patrimônio Líquido	24,52%	-28,18%
Ativos totais - R\$	90.242.560	72.167.788
Lucro Líquido/(prejuízo) do exercício - R\$	5.934.111	(11.487.029)

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.556.545	1.673.044	Fornecedores - terceiros		167.059	142.472
Concessionárias e permissionárias	7	976.428	936.312	Financiamentos - terceiros	9	3.566.072	34.367.611
Impostos a recuperar		27.355	27.355	Impostos e contribuições sociais	10	379.070	205.059
Depósitos vinculados		-	1.764.511	Taxas regulamentares	11	468.858	544.230
Ativo financeiro amortizável	8	6.621.614	9.192.437			4.581.059	35.259.372
Outros ativos circulantes		229.921	218.860	Passivo não circulante			
		14.411.863	13.812.519	Empréstimos e financiamentos	9	27.695.932	-
Ativo não circulante				Impostos diferidos	12	4.932.406	2.509.364
Títulos e valores mobiliários	6	1.437.559	-			32.628.338	2.509.364
Ativo financeiro amortizável	8	74.373.180	58.355.269	Patrimônio líquido			
Imobilizado		9.958	-	Capital social	14	64.643.446	51.943.446
Outros ativos não circulantes		10.000	-	Prejuízo acumulado		(11.610.283)	(17.544.394)
		75.830.697	58.355.269			53.033.163	34.399.052
Total do ativo		90.242.560	72.167.788	Total do passivo e do patrimônio líquido		90.242.560	72.167.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	15	20.156.078	12.937.273
Custo da operação	16	(6.381.196)	(1.721.489)
Lucro bruto		13.774.882	11.215.784
Despesas gerais e administrativas		(770.055)	(602.379)
Perda por redução de valor recuperável	1	-	(20.268.911)
Outras despesas operacionais líquidas		-	(38.256)
Resultado antes do resultado financeiro		13.004.827	(9.693.762)
Resultado financeiro	17	(4.325.720)	(4.052.596)
Receita financeira		173.610	583
Despesa financeira		(4.499.330)	(4.053.179)
Resultado antes dos impostos		8.679.107	(13.746.358)
Imposto de renda e contribuição social	18	(2.744.996)	2.259.329
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		5.934.111	(11.487.029)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	5.934.111	(11.487.029)
Resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	5.934.111	(11.487.029)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 12.402.255/0001-60



☆ continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Aumento de capital conforme AGE de 19 de fevereiro de 2015
Aumento de capital conforme AGE de 17 de dezembro de 2015
Prejuízo do exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Aumento de capital conforme AGE de 01 de novembro de 2016
Lucro líquido do exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2016

	Capital social	Lucro (prejuízos)/acumulados	Total
	47.899.863	(6.057.365)	41.842.498
	1.043.583	-	-
	3.000.000	-	4.043.583
	-	(11.487.029)	(11.487.029)
	51.943.446	(17.544.394)	34.399.052
	12.700.000	-	12.700.000
	-	5.934.111	5.934.111
	64.643.446	(11.610.283)	53.033.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2010 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito específico e único de explorar, por meio de concessão, serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, operação e manutenção, incluindo os serviços de apoio e administrativo, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 18.446.853, substancialmente em função da reclassificação da parcela de longo prazo do contrato junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), pelo não cumprimento de certas cláusulas restritivas "covenants", conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras 8. A situação foi revertida durante o exercício de 2016. **1.1. Mudança na participação acionária:** Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi adquirida pelo valor de R\$22.456.319. Na avaliação do valor justo da Companhia pela controladora SGBH foi efetuado um ajuste de R\$20.268.911 no ativo financeiro amortizável. **1.2. Da concessão:** No dia 22 de dezembro de 2010 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 016/2010, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão no Estado do Pará: (i) pela linha de transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 79 km, origem na Subestação Integradora e término na Subestação Xinguara; Subestação Xinguara em 230/138 kv - 150 MVA; Subestação Carajás em 230/138 kv - 2 x 100 MVA; e (ii) entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). **1.3. Receita anual permitida (RAP):** A RAP será revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado a partir de julho de 2011 levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$6.420.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$9.056.590,08 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 8.967.097 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017. **2.1 Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo financeiro amortizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de

receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.6 Impostos: Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.7 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.9 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.10 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.11 Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.12 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável. O saldo de caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	8.679.107	(13.746.358)
Ajustes		
Juros e variação cambial sobre empréstimos	2.617.441	2.699.689
Depreciação e amortização	240.014	13.222
Perda por redução do valor recuperável	-	20.268.911
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Aumento) redução nos ativos operacionais	-	13.274
Concessionárias e permissionárias	(40.117)	(180.038)
Ativo financeiro amortizável	(13.447.088)	(4.332.190)
Impostos a recuperar	-	(18.854)
Depósitos vinculados	1.764.511	(461.606)
Adiantamentos a fornecedores	-	556.336
Outros ativos	(261.092)	(267.982)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	24.587	(769.782)
Tributos e contribuições sociais	166.602	(554.786)
Impostos pagos	(314.544)	(255.659)
Juros pagos	(2.267.745)	(2.512.950)
Taxas regulamentares	(75.372)	544.231
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(2.913.696)	995.458
Atividades de investimento		
Venda/aquisição de imobilizado e intangível	(9.958)	(1.464)
Títulos e valores mobiliários	(1.437.559)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.447.517)	(1.464)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital social	12.700.000	4.043.583
Empréstimos pagos	(3.455.286)	(3.432.634)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	9.244.714	610.949
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.883.501	1.604.943
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.673.044	68.101
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.556.545	1.673.044

Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais

	2016	2015
Atividades de investimento		
Venda/aquisição de imobilizado e intangível	(9.958)	(1.464)
Títulos e valores mobiliários	(1.437.559)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.447.517)	(1.464)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital social	12.700.000	4.043.583
Empréstimos pagos	(3.455.286)	(3.432.634)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	9.244.714	610.949
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.883.501	1.604.943
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.673.044	68.101
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.556.545	1.673.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **3.13 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos	6.441.854	1.653.044
Aplicações financeiras	114.691	20.000
	6.556.545	1.673.044

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Conta reserva - financiamentos	1.437.559	-
	1.437.559	-

Saldo se refere a conta reserva para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2016	2015
A vencer	976.489	916.619
Vencidas até 30 dias	1.204	2.223
Vencidas até 60 dias	4.202	1.257
Vencidas até 90 dias	704	7.500
Vencidas há mais de 90 dias	7.103	21.987
	989.702	949.586
(-) PCLD	(13.274)	(13.274)
	976.428	936.312

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD.

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	(13.274)	-
Complemento de provisão	-	(13.274)
Saldo em 31 de dezembro	(13.274)	(13.274)

8. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

	2016	2015
Circulante	6.621.614	9.192.437
Não circulante	74.373.180	58.355.269
	80.994.794	67.547.706

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

9. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tias	Encargos	2016	2015
BNDES - Subcrédito A	07/2013	06/2027	(i)	TJLP + 2,42% a.a.	24.103.439	26.025.063
BNDES - Subcrédito B	07/2013	12/2022	(i)	2,5% a.a.	7.053.774	8.229.402
BNDES - Subcrédito C	04/2013	06/2027	(i)	TJLP	104.791	113.146
					31.262.004	34.367.611
Circulante					3.566.072	34.367.611
Não circulante					27.695.932	-
					31.262.004	34.367.611

continua →



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 12.402.255/0001-60



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B: Durante os anos de 2013 e 2014 a empresa desembolsou os valores de R\$31.035.000 e R\$11.100.000, respectivamente Subcréditos A e B, e providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de TJLP + 2,42% e 2,5% ao ano respectivamente, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses para o Subcrédito A com início em 15 de julho de 2013 e término em 16 de junho de 2027, e 114 meses para o Subcrédito B com início em 15 de julho de 2013 e término em 15 de dezembro de 2022. **BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos C:** Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R\$ 120.000 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município. **(i)** Segue relação das garantias do contrato: • Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão. • Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia. • Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) **Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):**

	2016	2015
2018	3.521.197	
2019	3.554.874	
2020	3.589.111	
2021 - 2029	17.030.750	
	27.695.932	

c) **Covenants:** A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não manteve o montante total exigido em conta reserva e também não foi cumprido certas cláusulas restritivas "covenants". Dessa forma, o saldo financiamentos foi totalmente reclassificado para o circulante.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2016	2015
IR	43.001	41.794
CSLL	31.599	25.809
PIS	9.312	9.756
COFINS	45.942	47.989
Outros	249.216	79.711
	379.070	205.059

11. TAXAS REGULAMENTARES

	2016	2015
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	272.551	396.603
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	6.297	2.459
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	190.010	145.168
	468.858	544.230

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantêm a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2016	2015
Impostos diferidos passivos (i)	4.932.406	2.509.364
	4.932.406	2.509.364

(i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão. Também são referentes a PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia, com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 19 de fevereiro de 2015 foram subscritas 1.043.583 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista CME. Em 17 de dezembro de 2015 foram subscritas 3.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 01 de novembro de 2016 foram subscritas 12.700.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$ 1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. O capital social, em 31 de dezembro de 2016, subscrito e integralizado é de R\$ 64.643.446 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país. A composição acionária está demonstrada a seguir:

Composição acionária

	2016	2015
SGBH	100%	100%

b) **Dividendos:** Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016. A Companhia não destinou dividendos em 31 de dezembro de 2016 visto que absorveu prejuízos acumulados do exercício.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receita operacional bruta	20.936.617	13.412.018
Receita de operação e manutenção	2.317.484	1.860.430
Remuneração dos ativos financeiros	11.986.939	11.551.588
Receita de construção	4.325.449	-
Outras receitas	2.306.745	-
Deduções da receita operacional	(780.539)	(474.745)
PIS	(70.312)	48.347
COFINS	(324.518)	193.327
RGR	(253.253)	(504.659)
P&D	(93.876)	(191.196)
TFSEE	(38.580)	(19.023)
Outros	-	(1.541)
	20.156.078	12.937.273

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2016	2015
Serviços de terceiros	(1.620.440)	(317.263)
Seguros	(61.499)	(73.338)
Custo de operação e manutenção	(4.325.449)	(1.168.549)
Outras	(373.808)	(162.339)
	(6.381.196)	(1.721.489)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Receita financeira	173.610	583
Outras receitas financeiras	173.610	583
Variações cambiais ativas	-	-
Despesa financeira	(4.499.330)	(4.053.179)
Variações monetárias passivas	(357.881)	(274.858)
Juros sobre financiamentos	(2.259.542)	(2.413.784)
Outras despesas financeiras	(1.881.907)	(1.364.537)
	(4.325.720)	(4.052.596)

18. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2016	2015
Receitas brutas (i)	10.130.105	9.079.827
Base de cálculo (8%)	810.408	726.386
Outras receitas	173.610	-
Base de cálculo	984.019	726.386
IR devido	(222.005)	(157.597)
(+) IR diferido	(1.557.118)	1.604.673
Total de IRPJ	(1.779.123)	1.447.076
	2016	2015
Receitas brutas (i)	10.130.105	9.079.827
Base de cálculo (12%)	1.215.613	1.089.579
Outras receitas	173.610	-
Base de cálculo	1.389.223	1.089.579
CSLL devida	(125.030)	(98.062)
(+) CSLL diferido	(840.843)	910.315
Total de CSLL	(965.873)	812.253
Total de IRPJ/CSLL	(2.744.996)	2.259.329

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não registrava investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.556.545	1.673.044
Depósitos vinculados		-	1.764.511
Títulos e valores mobiliários	6	1.437.559	-
Concessionárias e permissionárias	7	976.428	936.312
Ativo financeiro amortizável	8	80.994.794	67.547.706

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Adiantamentos a fornecedores		36	-
------------------------------	--	----	---

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Financiamentos - terceiros	9	3.566.072	34.367.611
Fornecedores - terceiros		167.059	142.472

20. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2016	2015
Responsabilidade civil	Risco civil	98.482	63.199
Seguro patrimonial	Risco operacional	80.699.271	79.503.309
		80.797.753	79.566.508

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer - Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa - Contadora - CRC RJ-103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090174/O-4